

# JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO  
ESTADUAL  
DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS  
DA AGRICULTURA,  
MEIO AMBIENTE,  
FUNDEPAR E  
AFINS



## Edital de Convocação

A Direção Estadual do SINDISEAB (Sindicato Estadual dos Servidores da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins), no uso de suas atribuições legais e em atendimento às disposições estatutárias, convoca todos os associados e representantes para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE), que realizar-se-á na data de 14 DE SETEMBRO DE 2012, às 09:00 horas, em primeira convocação, e às 09:30 horas, em segunda convocação, no anfiteatro da SEMA, sito à Rua Desembargador Motta, 3384 – Mercês - Curitiba - PR, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. MOBILIZAÇÃO DA SEMA – Avaliação e deliberações;

2. ASSUNTOS GERAIS;

Curitiba,  
31 de Agosto de 2012.

Elci Terezinha Veiga Costa

Presidente do SINDISEAB  
Gestão 2010-2013

## ENROLAÇÃO

# Projeto de Lei da GEEE ainda não foi para a ALEP



### Protocolo Geral do Estado - Histórico de Tramitação

Número do Protocolo: 11.512.921-0

Interessado: - SEAB/GABINETE DO SECRETARIO

Página 1 de 1

Parecer	Sequência	Data	Local de	Local para	Tramitação
Não	009	31/08/2012	CC/NJA	CC/CAO	PARA PROVIDENCIAS
Não	008	22/08/2012	CC/CAO	CC/NJA	PARA PROVIDENCIAS
Não	007	22/08/2012	CC/NJA	CC/CAO	PARA PROVIDENCIAS
Não	006	22/08/2012	SEMA/DG	CC/NJA	PARA PROVIDENCIAS
Não	005	20/08/2012	CC/CAO	SEMA/DG	PARA PROVIDENCIAS
Não	004	20/08/2012	CC/CTJ	CC/CAO	PARA PROVIDENCIAS
Não	003	15/08/2012	CC/CAO	CC/CTJ	PARA PROVIDENCIAS
Não	002	15/08/2012	CC/PTG	CC/CAO	PARA PROVIDENCIAS
Não	001	08/08/2012	SEAB/PTG	CC/PTG	ANDAMENTO INICIAL

Legenda: \* SEAB/PTG - Protocolo Geral da SEAB;  
\* CC/PTG - Protocolo Geral da Casa Civil;  
\* CC/CAO - Coordenação de Apoio Operacional da Casa Civil;  
\* CC/CTJ - Coordenação Técnica Jurídica da Casa Civil;  
\* SEMA/DG - Diretoria Geral da SEMA;  
\* CC/NJA - Núcleo Jurídico Administrativo da Casa Civil.

O Secretário da SEMA Jonel lurk prometeu que o PL seria mandado para a Assembleia Legislativa até o dia **15 DE AGOSTO**.

Mas, pelo sistema de consulta a protocolos da SEAP, disponível na internet, o PL estava, no dia **31 DE AGOSTO**, ainda na Casa Civil.

No dia 14 de setembro, temos nova assembleia estadual para decidir como acabar com mais essa enrolação.

Até lá, continua o **ESTADO DE GREVE!**

Veja as orientações do SINDISEAB na página 2.

### E MAIS:

- SEAB distribui formulários para opção pela ADAPAR sem explicar as implicações e quer retirar adicional de técnicos que não tem formação. [Pág. 3](#)
- Forma de gestão do Novo Modelo de Saúde ainda não está definida. [Pág. 3](#)
- Relembre os grandes momentos da greve do Meio Ambiente. [Págs 4 e 5](#)
- FES - saiba como está o andamento de nossas reivindicações. [Pág 6](#)
- Jornal do SINDISEAB entrevista Comandante Geral em exercício da PM para saber se Força Verde vai mesmo ser extinta. [Pág 7](#)
- IAP não divulga em seu site informações previstas em lei. [Pág.7](#)
- Aposentados planejam atividades para o final do ano. Confira na [pág.8](#)

## Só mobilização vai garantir que promessas sejam cumpridas

O SINDISEAB, há longos anos, vem lutando pelo reajuste e incorporação da GEEE, Enquadramento e pelo pagamento do Decreto 7774/2010. Resistimos a todas as artimanhas do governo para gerar a divisão entre os servidores. O governo, ora favorece uma categoria; ora outra. Dá reajustes para uma carreira e deixa as outras de fora. E enquadra alguns servidores e outros, com os mesmos direitos, não.

Apesar disso, o SINDISEAB persiste na luta pelos direitos dos servidores. Hoje, temos a promessa do reajuste e da incorporação da GEEE para os Servidores do Meio Ambiente e SEAB, graças às nossas mobilizações. O Projeto de Lei (PL) contempla ambas as categorias, mas o pessoal da SEAB já recebeu o reajuste, retroativo a julho, via decreto encaminhado pelo secretário Norberto Ortigara.

### Enrolação

No dia 03 de agosto, o Secretário Jonel Iurk prometeu que o PL seria apresentado à Assembleia Legislativa, até o dia 15 de agosto. O PL foi protocolado sob nº 11.512.921-0, junto à Casa Civil pela SEAB, no dia 08, mas ainda

está na Coordenação de Apoio Operacional (CAO) da Casa Civil. O mês de agosto acabou e o PL não foi ainda encaminhado para a Assembleia. O SINDISEAB está fazendo um acompanhamento diário e cobrando a agilidade da SEMA.

O Secretário do Meio Ambiente se negou a fazer o decreto garantindo a retroatividade a julho, apesar de esta ter sido uma deliberação da assembleia do dia 08 de agosto, que suspendeu a greve. O fato é que o PL não contempla a retroatividade. Se não fizermos nada, o Meio Ambiente vai ficar no prejuízo.

Persistindo, o sindicato protocolou a minuta de um decreto (sob. nº 11.637.523-0) com os novos valores e com a retroatividade à julho, junto a SEMA, no dia 17 de agosto. Mas, o secretário continua a se negar a encaminhá-lo. Então, os servidores do Meio Ambiente terão que esperar a aprovação do PL para ver a cor do reajuste. E quando será isso?

### Assembleia Geral dia 14/09

Conforme deliberação da última assembleia dos servidores do Meio Ambiente, vamos fazer uma avaliação e deliberar sobre

a mobilização, após 30 dias. A Assembleia Geral Extraordinária está agendada para o dia 14 de Setembro (sexta-feira) das 09h00 às 17h00, no auditório da SEMA (Rua Desembargador Motta, 3384 - Mercês).

### Estado de greve continua

As faixas enviadas pelo sindicato devem ser afixadas em frente aos regionais e vinculadas do Sistema SEMA. Os adesivos devem voltar a ser usados pelos servidores. Também, deverão ser mantidos os contatos com os deputados da região, para aprovação do PL, quando o mesmo for votado na ALEP. Chega de enrolação!

### Só a pressão faz o governo parar de enrolar

Os professores estaduais conseguiram que a ALEP aprovasse, no dia 29 de agosto, o texto do anteprojeto de lei que propõe reajuste salarial aos professores da rede estadual de ensino em duas parcelas, 6,66% retroativo a julho deste ano e 6,65% a ser pago a partir de outubro. O governador sancionou o projeto no mesmo dia porque, para o dia 30 de agosto, estava marcada a

grande e tradicional mobilização em frente ao palácio.

O governo também vinha enrolando os docentes e técnicos das universidades estaduais. No dia 24 de abril, prometeu implementar o Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS) tanto para os docentes, quanto para os técnicos das IEEs, mas não cumpriu. Para os docentes, a lei já estava pronta, mas não encaminhava para a Assembleia Legislativa, para os técnicos não havia apresentado proposta.

No dia 17 de agosto, diante da ameaça de greve, o governo apresentou o plano para os técnicos mas sem data para ser implantado. Prometeu, ainda, mandar a lei à ALEP na segunda-feira seguinte. O reajuste de cerca de 31,73% (parcelado em 4 vezes, uma a cada ano, sempre em outubro) e PCCS dos docentes foi aprovado na ALEP e sancionado para o governador no mesmo dia, 22 de agosto. Agora, dia 30, os técnicos aprovaram o indicativo de greve para o dia 05 de setembro e greve geral a partir do dia 11.

**E nós?  
Estamos esperando o quê?**

## PROVIDÊNCIAS DO SINDISEAB

### Fique informado quanto aos ofícios que o sindicato enviou para as autoridades

■ **REQUERIMENTO** - Protocolo 11.501.970-8, em 12/07/2012, para a Diretoria Geral da SEMA. Solicita que sejam fornecidas as planilhas de horas extras pagas aos servidores do Sistema SEMA no período de janeiro de 2012 a maio de 2012 com relação nominal dos beneficiados.

■ **Of. 77/2012** - Protocolo 11.569.930, em 19/07/2012, para a ParanáPrevidência. Solicita reavaliação da aposentadoria do servidor Cirlei Carvalho Ribeiro, pedindo a anulação do Decreto 1748, de 24 de janeiro de 2012, que lhe concedeu aposentadoria por invalidez com proventos parciais.

■ **Of. 79/2012** - Protocolo 11.501.998-8, em 27/07/2012, para a SEMA. Repassa ao Secretário da SEMA, o decreto que reajusta e incorpora a GEEE aos servidores da SEAB, bem como informa o pagamento do retroativo a 1 de Julho de 2012 e solicita elaboração de um decreto específico para o Sistema SEMA.

■ **Of. 80/2012** - Protocolo 004923, em 27/07/12, ao Presidente do IAP Comunicação da Deflagração Greve do Sistema SEMA, a partir de 06/08/2012.

■ **Of. 81/2012** - Protocolo 11.502.000-5, em 27/07/2012, ao Presidente do ITGC. Comunicação da Deflagração Greve do Sistema SEMA, a partir de 06/08/2012.

■ **Of. 82/2012** - Protocolo 11.587.282-6, em 27/07/2012, ao Presidente do Instituto das Águas. Comunicação da Deflagração Greve do Sistema SEMA, a partir de 06/08/2012.

■ **Of. 83/2012** - Protocolo 0301918/2012, em 01/08/2012, ao Tribunal de Justiça. Comunicação da Deflagração Greve do Sistema SEMA, a partir de 06/08/2012.

■ **Of. 84/2012** - Protocolo 51499-0/12, em 01/08/2012, ao Tribunal de Contas. Comunicação da Deflagração Greve do Sistema SEMA, a partir de 06/08/2012.

■ **Of. 85/2012** - Protocolo 11.621.450-4, em 01/08/2012, à SEAB. Comunicação da Deflagração Greve do Sistema SEMA, a partir de 06/08/2012.

■ **Of. 88/2012** - Protocolo 11.637.523-0, em 17/08/2012, ao Secretário do Meio Ambiente. Encaminha proposta de minuta de decreto do reajuste de incorporação da GEEE, com cobrança do retroativo a 1º de Julho para aos servidores do Sistema SEMA.

■ **Of. 90/2012** - Protocolo 11.591.118-0, em 30/08/2012, ao Secretário da SEAB. Solicita reconsideração da decisão de retirada do Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária (AAFM) recebida pelos Agentes de Execução que prestam serviços à ADAPAR e não têm formação técnica;

■ **Of. 91/2012** - Protocolo 16.321/2012, em 31/08/2012, ao Promotor de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária do Paraná. Solicita providências a respeito da não disponibilização do Relatório de Informação Ambiental no site do IAP.

## Jurídico

### Sindicato ganha ação em primeira instância

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública julgou procedente o pedido do sindicato (processo 1114/2009) e condenou o Estado do Paraná pelo atraso nas progressões e promoções dos associados.

O governo terá que pagar as diferenças de vencimentos referentes à primeira promoção do cargo que os servidores exercem; e da primeira progressão, acrescidas dos reflexos incidentes da primeira promoção. Somado a isso, o governo foi condenado a pagar juros de mora de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado (quando houver a decisão final) e correção monetária pelo INPC a partir do momento em que deveria ter ocorrido o pagamento seguindo os critérios estabelecidos pela Lei 13.666, de 2002. O Estado ainda pode recorrer.

Você pode conferir se seu nome consta nesta ação no Relatório das Ações Judiciais de julho de 2012: [http://www.sindiseab.org.br/uploads/download/Relatorio\\_das\\_Acoes\\_Judiciais\\_do\\_SINDISEAB\\_-\\_jun2012.pdf](http://www.sindiseab.org.br/uploads/download/Relatorio_das_Acoes_Judiciais_do_SINDISEAB_-_jun2012.pdf)



• FONE/FAX: (41) 3253.6328  
• E-MAIL: [sindiseab@sindiseab.org.br](mailto:sindiseab@sindiseab.org.br)  
• SITE: [www.sindiseab.org.br](http://www.sindiseab.org.br)

## EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** [sindiseab@sindiseab.org.br](mailto:sindiseab@sindiseab.org.br) | **Site:** [www.sindiseab.org.br](http://www.sindiseab.org.br) | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTB 31.86) **e-mail:** [jornalismo@sindiseab.org.br](mailto:jornalismo@sindiseab.org.br) | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

**DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL:** **Presidente:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa). **Vice-Presidente:** Antoninho Fontanella (Seab/Francisco Beltrão). **Secretária Geral:** Carmem Terezinha Leal (Sema/Curitiba). **1º Secretário:** Jean Carlos Helferich (IAP/Curitiba). **2º Secretário:** Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (Seab/Curitiba). **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPP/Curitiba). **1º Tesoureiro:** Izaias Alves Pereira (Sema/Curitiba). **Conselho Fiscal | Titulares:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba), Mario do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão), Milton Vasconcelos Guedes (Seab/Curitiba).

## SAÚDE

# Novo modelo pode ser implantado em janeiro

Cláudia Moraes

**Governo anuncia que criou grupo de trabalho interno, em julho, para discutir a gestão do Fundo de Saúde.**

**Licitação para contratação de atuário já tem data: 6 de setembro.**

**Especialista fará os cálculos para definir índice de coparticipação.**



O FES ESTÁ TERMINANDO A NOSSA PROPOSTA DE GESTÃO PARITÁRIA: COM NÚMERO IGUAL DE REPRESENTANTES DO GOVERNO E DOS SERVIDORES

A situação do projeto do Novo Modelo de Saúde para os servidores foi pauta da reunião entre a Comissão de Saúde do Fórum das Entidades Sindicais (FES) e o Departamento de Assistência à Saúde (DAS), no dia 27 de agosto, no Palácio das Araucárias. A Comissão de Saúde do FES foi recebida pelo superintendente do DAS José Fernando Macedo.

Na reunião foi informado que o DAS instituiu, em julho, um grupo de trabalho interno do governo para discutir a gestão do Fundo de Saúde. Além do Departamento devem integrar o grupo a coordenação de Controle Interno, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), a Secre-

taria de Estado de Administração e Previdência (SEAP) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE). O grupo irá estudar e elaborar a proposta em um prazo máximo de 180 dias.

“Não queremos jogar dinheiro fora, nem construir algo que seja temporário”, justificou o superintendente do DAS. Os representantes do Fórum, por sua vez, enfatizaram que 180 dias é um prazo muito longo e que toda a proposta deve ser finalizada, no máximo, até o final do ano. Macedo concordou com a argumentação e disse que o governo também quer concluir este trabalho até o final de 2012. O FES também argumentou que a proposta precisa

estar pronta a tempo de entrar para o orçamento do ano que vem.

## Licitação para estudo atuário

O governo abrirá, no dia 6 de setembro, a licitação - via pregão eletrônico - para fazer o atuário dos custos do novo modelo de assistência médico-hospitalar. Cinco empresas apresentaram propostas. Nos estudos do governo estão incluídos os 1.008 servidores celetistas e os 4.250 cargos comissionados de todas as secretarias do Estado, que poderão aderir ao plano. Os FES voltou a cobrar que seja viabilizada a entrada dos contratos temporários (PSS) no plano de saúde.

A Comissão de Saúde do FES está finalizando uma proposta de gestão paritária, baseada no modelo do IPE Saúde do Rio Grande do Sul, que será encaminhada ao DAS. Este documento apresenta os parâmetros defendidos pelos servidores para o Fundo de Saúde. A próxima reunião entre FES e DAS acontecerá no dia 02 de outubro.

Enquanto isso, em Curitiba (Hospital da Polícia Militar) e por todo o estado do PR, os servidores continuam a ser atendidos muito mal pelo SAS ou amargando na fila do SUS! Daí a urgência de aprovação e implementação de um novo modelo de saúde para o servidor público do PR.

## ADAPAR

## SEAB quer tirar adicional de quem não tem curso técnico

Em janeiro de 2012, com base na Lei PR 17.026/2011 que criou a ADAPAR, a SEAB implantou o Adicional de Auxiliar de Fiscalização Agropecuária (AAFM) para os AEs lotados no DEFIS, que exerciam a função de Técnico de Manejo e de Meio Ambiente (TMMA).

Em 25 de julho deste ano, a Lei PR nº 17.187/2012 regulamentou o PCCS da ADAPAR. Agora, a SEAB/GRHS está comunicando os servidores de que, a partir do mês de agosto, vai retirar a AAFM dos servidores lotados no DEFIS que não têm formação de Técnico Agrícola/Agropecuário (TA), previsto no Artigo 43 - II da Lei nº 17.187.

### Transição para a ADAPAR causa 3 situações diferentes

- AAAs e AEs do QPPE exercendo funções na ADAPAR e recebendo a GEEE;
- APs e AEs com direito ao adicional (AAFA ou AAFM) que optaram por permanecer no QPPE (DEFIS);
- e, APs e AEs que optaram por ir para a ADAPAR.

O SINDISEAB entende que os AEs, mesmo não tendo formação de Técnico Agrícola/Agropecuário (TA), que optarem por permanecer no DEFIS/QPPE exercendo suas funções para a ADAPAR, não somente podem como devem continuar a receber o AAFM, atualmente no valor de R\$ 905,26. Por isso encaminhou, no dia 28 de agosto, um ofício ao secretário da SEAB, Norberto Ortigara, reivindicando a reconsideração da medida e uma audiência para tratar do assunto.

### SEAB distribui formulários para opção

Com a Lei PR nº 17.187, Artigo 43, os servidores do DEFIS ganharam a prerrogativa de poder optar pela adesão à ADAPAR, ou não. O problema é que os formulários estão sendo distribuídos sem maiores informações quanto às implicações (vantagens e desvantagens) de tal opção, com um prazo de 60 dias para serem respondidos.

**Aposentadorias QPPE X ADAPAR**  
Muitos associados têm dúvidas sobre a situação previdenciária



Divulgação

EM MARINGÁ, SERVIDORES CONCLUEM QUE A ATUAÇÃO DO SINDISEAB, EM 2012, ESTÁ SENDO POSITIVA

de quem optar pela carreira na ADAPAR. A assessoria jurídica entende que, enquanto não houver regulamentação específica em sentido contrário, aplica-se a regra do inciso IV, da Emenda 47, ou seja, deve haver permanência de 15 anos na Carreira e 05 anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

### Associados da SEAB discutem em Maringá

O SINDISEAB reuniu 30 servidores da SEAB, em Maringá, no dia 21 de agosto, com associados de Maringá, Nova Esperança, Astorga, Colorado, Mandaguaçu, Santo Inácio e Mandaguari para discutir as implicações com a

transição para a ADAPAR. Os servidores avaliaram como positiva a atuação do sindicato neste ano.

### Realocação de servidores do DEFIS

Dos servidores (AAs e AEs) que deixaram de fazer fiscalização na transição DEFIS/ADAPAR, 25 começam a ter as suas situações resolvidas. No dia 17 de agosto, foi feita uma reunião específica, no NR da SEAB de Maringá, com todos. As chefias da SEAB e ADAPAR reiteraram a posição da DG da SEAB de que todos os servidores serão aproveitados. Os AAs e AEs estão sendo realocados para a estrutura administrativa da SEAB, ADAPAR e EMATER, da jurisdição de NR de Maringá, em seus próprios municípios de origem.

## GREVE

# Servidores do Sistema SEMA mostraram garra e união

Havia muito tempo que os servidores da SEMA, IAP, ITCG e AGUASPARANÁ estavam descontentes com o descaso do governo.

Atendendo aos anseios da categoria, a Diretoria do SINDISEAB conduziu mais uma greve que vai entrar para a nossa história.

Depois que a base da SEAB conquistou o reajuste e incorporação para aposentadoria da Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais (GEEE), na base do Meio Ambiente, os ânimos se acirraram. Nas plenárias regionais do mês de junho, o descontentamento ficou

evidente. No ato público pelo enquadramento, no dia 02 de julho, os servidores queriam ir no mesmo dia falar com o Secretário da SEMA, Jonel Iurk. O governo já havia prometido reajustes para todas as categorias, só o Meio Ambiente havia ficado de lado.



A greve foi deflagrada numa assembleia que lotou o auditório da SEMA, em 25 de julho, para ter início no dia 06 de agosto. Faixas foram afixadas em todos os regionais, os servidores usaram adesivos dizendo: "O Sistema SEMA vai

parar!" e o sindicato tomou todos os cuidados para que a mobilização não pudesse ser considerada ilegal. A notícia se espalhou rapidamente. Em todo o Paraná, dezenas de matérias foram publicadas pelos jornais da capital e do interior.



Sentindo a pressão e vendo a intenção maciça da categoria em aderir ao movimento grevista, o Secretário Jonel Iurk chamou o sindicato para uma reunião no dia 03 de agosto. Acompanhado dos presidentes do IAP, Luiz Tarcísio Mossato, ITCG, Amílcar Cavalcante Cabral, e ÁGUASPARANÁ, Márcio Nunes, Jonel anunciou que o reajuste da

GEEE para o Meio Ambiente iria ser contemplado na mesma lei que reajusta a gratificação para a SEAB e que o projeto de lei seria encaminhado para a ALEP até 15 de agosto. Ele pediu a suspensão da greve, mas a Direção do sindicato respondeu que somente nova assembleia poderia anular a decisão de uma anterior e a greve aconteceu.

GIRO

## Paralisação Total

Todos os regionais pararam. A adesão foi de 100% em Toledo, Francisco Beltrão, Irati, Guarapuava, Campo Mourão, Umuarama, Ivaiporã, Paranavaí, União da Vitória, Morretes, Paranaguá, Guaratuba, Pato Branco, Cascavel, Maringá, Londrina e Foz de Iguaçu. No Instituto das Águas de Cruzeiro do Oeste, a fábrica de tubos também parou totalmente.

## Paralisação Parcial

Em Curitiba, o viveiro parou totalmente e do Escritório Regional, 90% aderiram à greve. No IAP Sede, parou 70%. Na capital, 50% dos servidores do IAP são cargos comissionados. Os estagiários e terceirizados continuaram trabalhando. Situação semelhante em Ponta Grossa (90%), os que ficaram trabalhando fizeram apenas serviços internos. Do ITCG, 30% parou. Da SEMA, somente 10%. No Instituto das Águas de Curitiba, não houve adesão, pois a maioria é comissionada. No Instituto das Águas de Toledo, 50% de adesão.



CAMPO MOURÃO



CIANORTE



IRATI



LONDRINA



UMUARAMA



GUARATUBA



MARINGÁ



PATO BRANCO



UNIÃO DA VITÓRIA



SEMA



PONTA GROSSA



PARANAGUÁ



PARANAVAI



CURITIBA



MORRETES



GUARAPUAVA



O sindicato convocou então, uma nova assembleia geral estadual para o dia 08 de agosto para ouvir, do próprio Secretário, a proposta de reajuste e decidir quanto à continuidade, ou não, da greve.

### Assembleia decide suspender greve

As autoridades, Jonel Iurk e os presidentes dos órgãos vinculados apresentaram aos servidores a minuta do projeto de lei e pediram a suspensão da greve na Assembleia Geral Extraordinária do dia 08 de agosto. Prometeram ainda garantir o trâmite rápido. Entre 60 e 90 dias para a lei ser votada e sancionada pelo governador. A minuta foi base-

ada nas negociações feitas anteriormente com os servidores da SEAB excluídos da ADAPAR e contempla o que foi negociado na greve de 07 dias ocorrida dois meses antes.

A GEEE passa a ter, então, um valor único para as três carreiras; será reajustada anualmente, submetida a desconto de alíquota previdenciária e vai contar para a aposentadoria. Porém, a lei não contempla o pagamento retroativo a julho que o decreto 5373 concedeu à SEAB. Os servidores reivindicaram então, a elaboração de um decreto garantindo a retroatividade a julho, para ter uma isonomia temporal com o reajuste da GEEE da SEAB.

### Servidores do Sistema SEMA não aceitam os valores

O pessoal do meio ambiente questionou que os Agentes de Apoio teriam um aumento de cerca de R\$ 100,00 na GEEE enquanto que os Agentes Profissionais teriam a gratificação praticamente triplicada. Os valores da SEAB não poderiam ser alterados e o que o governo havia autorizado para o Sistema SEMA eram os mesmos.



Então, propôs-se que a soma de todas as gratificações fosse redistribuída entre as três carreiras do Meio Ambiente. Os servidores decidiram suspender a greve mas mantiveram o "estado de greve". Decidiram ainda, fazer uma assembleia, num prazo de 30 dias para avaliar o andamento do projeto de lei. Por conta do feriado do 7 de setembro, o sindicato marcou a nova assembleia geral para o dia 14 de setembro.

### Todas as carreiras ganharam

Os secretários da SEAB, Norberto Ortigara, e da SEMA, Jonel Iurk, concluíram que a GEEE deve ser isonômica para ambas as Secretarias pois, assim, as duas instituições se

fortalecem. Com a anuência do governo, os valores para os Agentes de Apoio (AAs) e Agentes de Execução (AEs) da SEAB foram reajustados e, dos Agentes Profissionais (APs), foram mantidos conforme o Decreto 5373: AP= R\$ 1750,00, manteve os R\$ 1750,00; AE= era R\$ 670,00 e vai para R\$ 934,00; e AA= era R\$ 450,00 e sobe para R\$ 655,00.

### Mobilização vitoriosa

Assim como a greve na SEAB conquistou o reajuste e incorporação da GEEE, a greve do Sistema SEMA conquistou um percentual maior para os AAs e AEs. A solidariedade e o respeito pelo trabalho de todos foram decisivos para garantir mais esta vitória.

## Secretário e presidentes se comprometem a cobrar o Decreto 7774/2010 e Enquadramento

Os servidores sabem que tais reivindicações fogem da alçada do Secretário da SEMA e dos presidentes dos órgãos vinculados. Porém solicitaram às autoridades, na assembleia do dia 08 de agosto, o compromisso de que vão intervir junto ao governo para que elas sejam atendidas o mais rápido possível. Nisto, as autoridades assumiram o compromisso perante todos.

### APOIO

## No dia 7 de agosto, a Consultoria Ambiental Maringá publicou no mural do Facebook do SINDISEAB

"Nós, da equipe Suporte Ambiental Assessoria e Planejamento apoiamos a greve dos servidores da SEMA e do IAP - SindiSeab Sindicato. Temos centenas de clientes em fase de licenciamento em todo o Paraná, alguns deles com protocolo parado há anos. Mesmo sendo cobrados pelos clientes, nunca, em toda a existência de nossa empresa, tratamos mal qualquer servidor, pois conhecemos a estrutura e entendemos a inviabilidade do mesmo na situação em que está. Não é humanamente possível cumprir o prazo legal. Precisamos de mais técnicos e de mais escritórios regionais, além de uma estrutura física mais equipada. Em Maringá, por exemplo, o IAP possui 6 técnicos para dar conta de 26 municípios. E precisamos que os Bancos cumpram a legislação para as empresas dispensadas de licença. Estamos com vocês!"

## MAIS PRESSÃO

# SEAP promete atender reivindicações mas servidores mantêm estado de alerta



O ato público convocado pelo Fórum das Entidades Sindicais (FES) reuniu cerca de 500 servidores de várias categorias, no dia 16 de agosto, em frente ao Palácio das Araucárias, dia de negociações com a SEAP. A imprensa compareceu em peso.

O objetivo da mobilização foi pressionar o governo no momento da reunião com a SEAP. Várias faixas, lembrando os compromissos do Estado com os servidores, foram colocadas em frente ao Palácio das Araucárias. Uma comissão do FES entrou para a reunião, enquanto os demais ficaram em vigília aguardando o resultado.

O FES foi recebido pelo Secretário de Administração e Previdência, Jorge Sebastião de Bem, pela Diretora Geral, Solange Matiello, e a Diretora de Recursos Humanos da SEAP, Maria Antonieta Bertinato.

## Nova margem fiscal vai garantir promessas

O Secretário confirmou que o Estado oficializou o pedido ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para modificar o TAC e restabelecer margem fiscal. De Bem afirmou que "o que vai ser liberado vai dar para atender todas as reivindicações dos servidores".

**Decreto 7774/2010** | A SEAP disse que "se" o TC aprovar o pedido do Poder Executivo, o pagamento das progressões por tempo de serviço do QPPE serão pagas em outubro para os Agentes de Apoio e, em novembro, para os Agentes de Execução. O Fórum tentou antecipar o pagamento para setembro, mas a SEAP disse que está dependendo do TC, ou seja, vai ficar mesmo para depois das eleições.

**Enquadramento** | Está tudo parado. Todos os processos protocolados solicitando enquadramento e os dos já enquadrados estão parados para análise do Ministério Público (MP), até o dia 19 de outubro de 2012, depois das eleições.

O TC também deu 30 dias para a SEAP apresentar um levantamento. A SEAP conseguiu prorrogar para 60 dias, ou seja, também em outubro, depois das eleições.

O Secretário admitiu que os pareceres do MP e do TC podem mudar a posição do governo, que era contrário ao enquadramento em virtude do Parecer 29, da Procuradoria Geral do Estado (PGE). "Ganho político da mobilização, pelo Estado, já estariam desenquadrados", afirmou.

**ParanáPrevidência** | O governo reafirmou que a proposta do novo plano de custeio está sendo formatada em um grupo de trabalho interno - ainda não está pronta. Poderá ser finalizada "em dez dias", antes do fim de agosto. O FES reivindicou que a proposta seja amplamente debatida com os servidores antes de ir à votação na ALEP. A isto, o Secretário disse que a SEAP quer fazer uma Audiência Pública. "O acesso aos servidores está garantido", prometeu.

**Novo Modelo de Saúde** | A proposta ainda está sendo construída pelo governo. O FES também está elaborando uma proposta de gestão do novo serviço. Sobre a garantia de que a natureza jurídica deste novo modelo não seja serviço social autônomo, o Secretário disse que o governo "usou a modelagem da ParanaPrevidência porque já estava pronta, só como parâmetro". Uma nova reunião sobre a saúde aconteceu no dia 27 de agosto (leia na página 3).

Para o FES, os servidores devem continuar em alerta até que as promessas sejam, de fato, cumpridas. O Fórum volta a se reunir com a SEAP no dia 27 de setembro.



PELO FES PARTICIPARAM DA REUNIÃO A APP-SINDICATO, SINDSAÚDE, SINDISEAB, SINTEEMAR, SINCLAPOL, SINDARSPEN E SINDISEC

## Governo dizia estar paralisado para dar reajustes

O impasse nas negociações se deu porque, na reunião anterior com a Secretaria de Administração e Previdência (SEAP) do dia 26 de julho, o secretário Jorge de Bem alegou que não havia mais recursos para negociar os itens da pauta dos servidores.

O Tribunal de Contas (TC) notificou o governo que as despesas com pessoal do Poder Executivo haviam atingido 46,3% da receita corrente líquida. O teto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 49%. A SEAP estima que, no mês de agosto, já tenha atingido 48%.

O FES não aceitou este argumento pois, no início deste gover-

no, a base de cálculo para o gasto com pessoal foi modificada pelo Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado com o TC, que incluiu nas despesas as pensões (pagas pela ParanáPrevidência) e o Imposto de Renda (pago pelos servidores).

Diante das pressões das diversas categorias (muitas delas entrando em greve), com o percentual de gastos com pessoal perto do limite, com a proximidade das eleições municipais e a cobertura da imprensa, o governo se viu obrigado a voltar atrás. Solicitou ao TC a revisão do TAC para ganhar margem nas negociações. Assim, a bola está com o TC e o governo pode se dizer de mãos atadas.



O ATO PÚBLICO FOI VEICULADO POR TRÊS EMISSORAS DE TV

## ENQUADRAMENTO

### CD também vai encaminhar processos ao TC e MP

A Comissão dos Desenquadrados (CD) esteve reunida na APP, no dia 17 de agosto, para fazer uma avaliação. O entendimento geral dos sindicalistas é que os sindicatos devem continuar agindo.

Após as recomendações da assessoria jurídica, os sindicatos definiram que vão encaminhar, até o dia 27 de setembro, ao TC e ao MP, cópias dos procedimentos de todos

os associados que já possuem processo administrativo solicitando enquadramento. Além dos números dos protocolos será encaminhada, ainda, uma relação nominal contendo a distribuição dos processos dos desenquadrados que já propuseram ação judicial pelas assessorias dos sindicatos. As cópias serão protocoladas coletivamente, em nome de cada sindicato.

## MEIO AMBIENTE

# IAP e Força Verde estão com o convênio vencido

Os rumores de que a Força Verde seria extinta, causou aflição entre os ambientalistas do Paraná. O jornal **Gazeta do Povo** divulgou, em 05 de agosto, a matéria "Projeto de renascimento da PM decreta "morte" de batalhões especializados", dizendo estar em curso a criação de comandos regionais e a extinção dos batalhões de Polícia Ambiental, Patrulha Escolar e Polícia Rodoviária Estadual." Dentro do próprio Batalhão de Polícia Ambiental (BPMA), a sombra da dúvida pairava no ar.

A conselheira Vânia Mara Moreira, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA), conta que na última reunião do órgão, pediu informações sobre o tema. Ela conta que deu carona a um soldado da Força Verde que lhe falou sobre a extinção do batalhão e do fim do convênio com o IAP, vencido desde novembro de 2011, que autorizava o BPMA a emitir autos de infração. O soldado lhe contou também sobre o sucateamento dos veículos, a falta de apoio técnico, de logística e de diárias e que, por isso, o batalhão não consegue trabalhar.

Vânia conta ainda que são inúmeras as denúncias de desmatamento e

caça na região de Prudentópolis. O IAP mais próximo é o de Guarapuava, a 65 Km. Com as dificuldades de fiscalização, o pessoal do IAP leva cerca de 15 dias para checar uma denúncia. Diz que existe muita pressão de políticos da região que defendem abertamente que a Força Verde deveria "ser recebida à bala"! Vânia lamenta a devastação na região. "Temos que salvar o pouco que restou", esbraveja. O IAP perdeu mais de 50% dos seu quadro de pessoal nos últimos anos.

## Convênio foi autorizado, mas não firmado

O Diário Oficial nº 8745, de 02 de julho de 2012, publicou a autorização para a renovação do convênio com o IAP por mais três anos. Mesmo sem convênio desde novembro de 2011, segundo o coronel, o BPMA atendeu 716 ocorrências ambientais em 2012. Porém, a informação no Departamento de Fiscalização do IAP é que o convênio foi autorizado, mas ainda não foi assinado pelos secretários (SESP e SEMA). Sem o convênio, o BPMA pode atender ocorrências ambientais, mas não pode usar os formulários do IAP para lavrar autos de infração (que geram multas). Como não tem formulários próprios, pode no máximo fazer boletins de ocorrência e encaminhar para o IAP.

O SINDISEAB defende a imediata renovação do convênio, já que o tema ambiental exige o maior "contingente" de pessoas na sua defesa. Portanto, a protelação na formalização do convênio importa no estímulo às degradações ambientais, em total desrespeito aos princípios normativos que impõem ao Poder Público o dever de fiscalizar, proteger e preservar o meio ambiente.

Montagem divulgada no Facebook



## IAP não cumpre a lei da informação

A reportagem tentou encontrar no site do IAP o número de autos de infração lavrados nos anos de 2010, 2011 e 2012, sem sucesso. No Departamento de Autos de Infração do órgão, a informação é que no site do IAP não consta o relatório do Sistema de Informação Ambiental (SIA) e que estão disponíveis, apenas, os autos de infração aptos a serem julgados. Os anteriores, não. E, que esse tipo de informação, só estará disponível se for feito um pedido, via ofício, diretamente para o presidente do IAP.

A assessoria de imprensa do IAP informou, via email, que "esses dados não estão mesmo disponíveis no site do IAP, eles ficam num sistema interno nosso. Infelizmente eu não tenho como conseguir esses dados pra vocês por conta da migração que estamos fazendo de sistema e de falta de informações que o sistema oferece (não tem como saber o que foi lavrado por quem e quais desses foram julgados substentes (sic) ou não)." Foi solicitada, então, uma previsão de quando a migração do sistema estará terminada e de quando tais dados estarão disponíveis no site do órgão. Sem resposta.

Foram enviados também emails para o secretário da SEMA, Jonel Lurk, e para o presidente do IAP, Tarcísio Mossato, solicitando as informações. Sem resposta.

## Informação de interesse público é pública

A Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, assegura o direito fundamental de acesso à informação e estabelece que a União, Estados, Distrito federal e Municípios devem ter como uma das diretrizes (Art 3º, II) a divulgação de informações de interesse público, independente de solicitações. Diz (Art 6º, I) que cabe aos órgãos e entidades do poder público assegurar a "gestão transparente de informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação".

No Art 8º, diz que deve constar, no mínimo, o "registro da competência" do órgão público. Além disso, diz que é "obrigatória a divulgação" na internet e que os sites deverão "conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão". Por fim, o Art 32 da lei, diz que constituem "condutas ilícitas" recusar-se a fornecer a informação!

A gestão ambiental do Paraná - SEMA/IAP, no quesito transparência, tem deixado muito a desejar. Apesar da primeira lei de informação ser de 2003, até hoje não implementou a legislação de informação ambiental. O SINDISEAB já protocolou um pedido de providências ao Ministério Público Estadual sobre esta realidade.

### SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

7.894.000-0/11 -

Of. nº 997/2012 - Solicita autorização para celebrar Convênio de Cooperação técnica e operacional entre o Estado do Paraná, por intermédio da SESP, com a intervenção da PMPR - por intermédio do Batalhão de Polícia Ambiental - BPMAmb, e a SEMA, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, tendo por objeto o estabelecimento de mútua cooperação entre os convenentes com vista à execução, no âmbito do Estado do Paraná, de ações fiscalizatórias, de monitoramento e educação ambiental, voltadas para a proteção e conservação dos recursos ambientais, mais especificamente concernentes à fauna e flora, com prazo de vigência de 03 (três) anos, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado, conforme específica.

"AUTORIZADO, com fulcro no art. 133 e ss., da Lei Estadual nº 15.608/2007 e/c o art. 10 do Decreto Estadual nº 1.198/2011, nos termos da Informação Jurídica nº 754/2012 - A1/SESP e Parecer Jurídico nº 1467 de convênio de cooperação Estado do Paraná, por intermédio da Segurança Pública, com a do Paraná - PMPR - por intermédio do Batalhão de Polícia Ambiental - BPMAmb, e a SEMA, por meio do Instituto Ambiental do Paraná, de ações de monitoramento e educação ambiental, voltadas para a proteção e conservação dos recursos ambientais, mais especificamente concernentes à fauna e flora, com prazo de vigência de 03 (três) anos, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado, conforme específica."

### DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:  
215862612

Documento emitido em 28/09/2012 12:12:00.

Diário Oficial Executivo  
Nº 8745 | 02/07/2012 | PÁG. 26

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE: [www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

## Força Verde vai acabar, mas BPMA vai continuar

O Comandante Geral da Polícia Militar em exercício, Cel. César Alberto de Souza, esclarece que o só termo "Força Verde" foi ex-

tinto, o BPMA continuará existindo. Os soldados deixam de usar a farda verde e passam a usar a camuflada.

A PM pretende, de fato, a partir de 2013, reformular o BPMA, que hoje tem sede única em São José dos Pinhais. O batalhão será dividido em cinco Companhias Inde-

pendentes (CIAs): Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava e Londrina. Terão autonomia administrativa, financeira e estarão subordinadas somente ao Comando Geral da PM. O coronel promete também que o efetivo, que hoje está entre 400 e 500 soldados, vai subir para mais de 700.



## APOSENTADOS



REUNIÃO DEFINE ATIVIDADES PARA O FIM DE ANO

## Coletivo prepara viagem a Morretes

Na reunião mensal do Coletivo de Aposentados e Pensionistas do SINDISEAB, do dia 29 de agosto, várias decisões importantes foram tomadas. De início, houve uma conversa sobre a ParanaPrevidência. Mais tarde, os participantes decidiram ações a serem encaminhadas pelo coletivo:

- preparar uma viagem de trem a Morretes no mês de novembro. Os preparativos começam a ser feitos desde já e os detalhes serão discutidos na próxima reunião;
- o bingo não estava arrecadando o suficiente para cobrir as despesas, então os brindes serão trazidos pelos próprios participantes;
- o coffe-break será feito, na próxima reunião, pelas aposentadas Emília Francisco e Maria

Marlene Woicecosk;

- serão organizados, ainda, amigo secreto e jantar de fim de ano.

Ao final da reunião, comemoraram com um bolo o aniversário da Anísia Marcondes.



Na reunião anterior, de 25 de julho, o coletivo discutiu com a Maria Auxiliadora as mudanças propostas para o Novo Modelo de Saúde. A próxima reunião do coletivo está marcada para o dia 26 de setembro, sempre às 14h, na sede do sindicato. Participe!

### BENEFÍCIOS

## Decretos excluem horas extras da base de cálculo

Os valores das horas extraordinárias não serão mais incluídos na base de cálculo para a concessão de vale-transporte e auxílio-alimentação para os servidores públicos. Os decretos 5.383 e 5.384, com as novas orientações sobre o cálculo foram assinados pelo governador no dia 24 de julho. E atendem a uma reivindicação do Fórum das Entidades Sindicais.

### OPINIÃO

## "Xoque de Jestão"

por Célso Heitor Guimarães

Sabe o amigo leitor o que faz o governante que entope o Estado de cargos comissionados, preenchidos por compadres, afilhados e acólitos – os tais dos quais se dispensa competência, probidade e até mesmo comparecimento ao trabalho –, quando surge um problema administrativo de alta gramatura? Contrata uma consultoria privada.

É o que pensa fazer, no momento, o governador do Paraná, segundo fonte bem informada do jornalista Celso Nascimento, em sua coluna de ontem. Beto boy exigiu das concessionárias de rodovias planos de redução de tarifas do pedágio. Recebeu-os. E agora não sabe o que fazer com eles. Não encontra no corpo fun-

cional de servidores do Estado um técnico capaz de conduzir os estudos, tidos como “de alta complexidade”. Nem na Secretaria do Planejamento, nem na Secretaria da Fazenda, nem na Secretaria de Infra-Estrutura e Logística (comandada pelo mano Zé Filho) e nem na Procuradoria Geral do Estado.

É lícito supor que a mesma carência se faz notar em relação à questão dos precatórios, cujas parcelas destinadas aos leilões repousam em berço esplêndido, sem indícios de solução, desde janeiro de 2010 (cerca de R\$ 12,5 milhões por mês). E o mesmo certamente ocorrerá com o sistema previdenciário estatal ParanaPrevidência, cujo déficit já atingiria, segundo o TC, R\$ 7,3 bilhões.

ParanaPrevidência, como se sabe, é aquele fundo sem fundos criado pelo governo Lerner para administrar o pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores do Estado. Sucedeu o velho IPE – Instituto de Previdência do Estado, que funcionava bem, inclusive na prestação de assistência médico-hospitalar, até que o governo estadual, através de seus diversos donatários, conseguiu levá-lo à falência, por má gestão e falta de recolhimento da parte de contribuição que lhe cabia. A PP seguiu no mesmo tranco. E o resultado era esperado. Eu mesmo já havia alertado, na coluna do velho O Estado do Paraná de guerra, que aquela engenhoca, tão defendida pelo especialista Renato Follador Jr., ainda iria estourar na cara do contribuinte. Está prestes.

**Voltando ao tema inicial:** por que o eminente governador Carlos Alberto Richa, tão cercado de comissionados, não nomeia uma comissão de notáveis, buscados na plêiade de DASs do Estado para assessorá-lo no enfrentamento das questões acima expostas? Pelo menos no meu tempo de integrante da administração pública, DAS queria dizer cargo de direção ou assessoramento superior. Daí o nome. E nunca foi preciso contratar consultorias privadas para fazer o serviço deles. (Aliás, foi uma empresa privada, com sede no Rio de Janeiro, que vendeu ao triste governo Lerner a ideia da ParanaPrevidência.)

É que naquele tempo não contávamos com o “Xoque de Jestão” (como também o denomina o colunista Celso Nascimento) do governo do menino Richa.

Publicado, em 27/07/12, no site [www.jornale.com.br](http://www.jornale.com.br)